



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS		
EVENTO: Reunião de Trabalho	Nº: 0405/13	DATA: 24/04/2013
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 1h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h33min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Gerente-Geral da EMBRAPA Café.

SUMÁRIO: Preparação da Comissão Geral, na Câmara dos Deputados, a respeito dos problemas de convivência do homem com a seca.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Vamos hoje dar continuidade ao nosso trabalho de preparação para a Comissão Geral que vai tratar dos problemas de convivência do homem com a seca.

Anuncio primeiro a presença do Dr. Stélio Gama Lyra, Diretor de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, que falará acerca da renegociação de dívidas de agricultores atingidos pela estiagem.

Eu gostaria de dizer que haverão mais duas palestras e que, portanto, estabelecerei o prazo de 20 minutos.

Então, sem maiores delongas, passamos a palavra ao ilustre conferencista desta tarde, o Dr. Stélio Gama Lyra, Diretor de Desenvolvimento do Banco do Nordeste.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer o convite do Presidente Inocêncio Oliveira para estarmos aqui falando um pouco sobre a renegociação.

Presidente, nós anexamos à pauta um resumo dos dois artigos que constam da MP 610 e também das três resoluções do Conselho Monetário que tratam do assunto.

A MP 610 foi editada no dia 2 de abril e, em seu corpo, tem dois artigos: o art. 8º e o art. 9º. O art. 8º trata de liquidação de operações contratadas até 31 de dezembro de 2006, em que constam descontos que vão de 45% a 85%. As dívidas são atualizadas pelos encargos normais, e o prazo de formalização vai até 31 de dezembro de 2014 para empreendimentos localizados nos Municípios de estiagem.

Os Municípios de estiagem são aqueles que foram assim decretados e que hoje estão sendo atendidos, inclusive, pelo programa de financiamento, que é o programa de estiagem do FNE, para o qual hoje o banco já aportou 2,4 bilhões de reais. Foi aprovado agora na última reunião do CONDEL mais 350 milhões de reais, sendo 200 milhões para o PRONAF e 150 milhões para atividades rurais não PRONAF.

O art. 9º da medida provisória amplia o benefício da Lei nº 12.716, que permite a liquidação. Ou seja, créditos de até 200 mil para liquidar operações de



qualquer fonte. Você junta todas as fontes com pagamento até em dez anos, incluindo a necessidade de amortização.

Antes havia uma reclamação muito grande a respeito da Lei nº 12.716 porque os agricultores tinham que dar um percentual de amortização prévio. Com esse art. 9º, na MP 610, isso foi excluído e também se autorizou a suspensão das execuções judiciais e prazos prescricionais. Na MP não está autorizada a suspensão da cobrança judicial.

A cobrança judicial tem sido uma reclamação dos agricultores, mas, infelizmente, por não estar na MP, o banco acaba sendo obrigado a fazer a cobrança judicial.

Então, nós já estamos discutindo isso com a Fazenda, que se mostrou sensível ao tema. Nós deveremos discutir com o relator da MP 610 a inclusão dessa permissão de suspender as cobranças judiciais. As cobranças judiciais são exigidas pela CGU e pelo TCU. Então, o banco acaba sendo obrigado a fazê-las.

A Resolução nº 4.210 cria novas condições para a Lei nº 12.716. Então, os encargos financeiros para o PRONAF vão de 0,5 a 1%; sendo que 0,5% para o PRONAF A e B — o PRONAF B vai até 2.500 reais, e o A é o pronafiano, que está nos assentamentos da reforma agrária. Os demais são: 1%, até 10 mil reais; e 2%, até 10 mil. São os encargos. Os demais encargos são de 3,53% a 4,12% ao ano.

Essas operações têm suas dívidas atualizadas pelos encargos normais, sem multas e sanções por inadimplemento. Tem um bônus de 15% sobre os juros para prestações pagas em dia; tem um rebate adicional sobre o principal de 15% para aqueles que estão no semiárido e 10% para as demais regiões.

Há alguns Municípios que estão no programa de estiagem e que estão fora do semiárido. O semiárido são aqueles Municípios que têm uma baixa pluviometria.

O pagamento é de até 10 anos, com a primeira parcela vencendo em 2015, isso para quem está na estiagem, ou após a contratação dos demais. Lembrando que isso tem que ser formalizado até 31 de dezembro de 2014.

Conseguimos colocar nas resoluções também, para evitar a criação de aditivos. Às vezes, era exigida a necessidade de se ter um aditivo, isso só criava uma burocracia a mais. Agora basta simplesmente pôr um carimbo no contrato atual e aquela dívida está renegociada.



O banco já vai estar na sua rede de agência. A partir de segunda-feira, já estamos iniciando as operações. Por solicitação do Presidente do Banco, Ary Joel, nós vamos estender o horário de funcionamento do banco para atender aos agricultores. Vimos que estender é a melhor forma. Estamos vendo a possibilidade de estender até 2 horas o funcionamento das agências para atender aos agricultores. No princípio se falou de fazermos um mutirão no sábado. Mas vimos que sábado é o dia da feira. Então, acaba havendo uma dificuldade para que essas pessoas vão ao banco.

As outras resoluções, 4.211 e 4.212, prorrogam essas dívidas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014. Todas as dívidas são atualizadas pelos encargos normais; não têm multa; não têm sanções de inadimplemento; têm um bônus de 80% para as prestações que foram pagas em dia pelos agricultores familiares; o pagamento também é em até 10 anos, e a primeira parcela, em 2016.

Então, esse é o quadro com o qual estamos trabalhamos.

Algumas dívidas não foram incluídas. Essas são as contraídas até 2006. Há um desejo de outros agricultores para que as dívidas, depois de 2006, também sejam contempladas. A medida provisória não contempla as dívidas de 2006. Nós estamos discutindo, mas...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Inclusive 2006?

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Inclusive 2006.

As renegociações podem ir até 100 mil, mas o bônus só vai até 35 mil.

Também há um questionamento se a soma total da dívida é até 35 mil, ou se o agricultor teve uma de 5, depois teve uma 10... Mas, como está na resolução, a dívida total do cliente é até 35 mil. Embora não cite a soma das operações, mas é por cliente. Então, se o saldo passar de 35 mil, não teria direito ao bônus.

Esse é mais ou menos o quadro que a gente está trabalhando, da regulamentação. O banco estará fazendo um esforço muito grande agora, a partir já da próxima semana, para a gente poder fazer essa regulamentação.

Em termos de explicação, eu acho que seria mais ou menos esse o quadro.

Também quero dizer que nós vamos preparar — se o Presidente assim o solicitar, nós podemos trazer para cá depois — um quadro detalhado da quantidade de agricultores enquadráveis em cada Estado. A gente pode trazer essa informação



para cá e já, dentro de uma linha, podemos passar informações de como está evoluindo isso aí. Então, a gente traria as seguintes informações: dentro de cada Estado, nós temos tantos agricultores enquadrados, tantos agricultores no PRONAF, tantos nos rurais, as dívidas até tal e tal. Também será possível, numa próxima reunião, trazer essa informação.

Nós também vamos distribuir uma apresentação, que está dentro dessa pasta vermelha que os senhores estão recebendo, que é a aplicação do Programa de Estiagem. Nós já temos 2 bilhões e 400 milhões aplicados e mais 350 milhões, sobre os quais já falei um pouco.

Dos 350 milhões — não me lembro se eu falei agora —, 150 milhões são para rural, não PRONAF, que podem ir até o valor de 100 mil reais. Esses 150 milhões atendem a um desejo da classe rural, que também foi atingida pela seca e não era pronafiana, e deverão ser regulamentados na reunião do Conselho Monetário, porque a parte do rural não PRONAF estava suspensa desde janeiro e retornou agora na nova reunião do CONDEL, na qual a Presidenta Dilma esteve presente.

Então, isso vai ser regulamentado agora, e o banco também vai atuar.

Essa apresentação, que tem aplicação no Programa de Estiagem, é por Estado, por atividade, por quantidade. É uma apresentação mais detalhada.

Então, Presidente, seria mais ou menos isso.

Estou aberto para alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de saber qual a inadimplência dos agricultores do PRONAF e daqueles que estão fora dessa faixa.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Presidente, o valor percentual da inadimplência eu não trouxe, até porque essa parte não estava comigo. Eu vim para outro evento e acabei vindo para cá. Mas a inadimplência do PRONAF hoje está em torno de 6%....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quinze por cento?

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Não. Nós temos dois tipos de PRONAF. O PRONAF B é atendido no Banco do Nordeste dentro de um conselho de microcréditos e está com inadimplência de 4% a 6%; o outro PRONAF estaria numa inadimplência por volta de 15%.



Esse número mais preciso a gente poderia passar para V.Exa. oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Conselho Monetário Nacional já aprovou a soma de 100 mil reais das operações...

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - A soma, sim, mas o bônus só vai até 35 mil. Por quê? Porque na resolução, como eu coloquei, a dívida é por cliente. Então, quando a dívida é por cliente, eu somo todas as dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Soma todas as dívidas.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Até 35 mil tem um bônus; acima disso, renegocia-se até 100 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - E até 100 mil reais, as originárias têm também...

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - A mesma condição para renegociar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - A mesma condição de negociação.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Presidente, primeiro, eu quero agradecer-lhe por ter acatado a nossa sugestão...

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Obrigado.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - . Lamento que o Banco do Brasil não tenha vindo. Não acho boa essa relação da instituição com o Parlamento e com este Centro de Estudos.

Quero agradecer ao Stélio, que esteve hoje conosco, com a bancada do Nordeste, e está aqui novamente.

Primeiro, Stélio, é importante você trazer para a gente esse quadro de estudo em outra oportunidade, mas não se deve fazer esse quadro apenas por Estado, mas por Município, para nós termos ideia do que ocorre nos menores Municípios, aqueles mais afetados pela seca, para termos uma dimensão mais detalhada dessa situação.

Segunda questão, e lá não deu para a gente debater isso: por que o Banco do Nordeste está demorando tanto na concessão de crédito? Há uma reclamação. Eu estive em seis cidades nesse final de semana, e a pauta só foi seca. Eu me reuni



com produtores, com sindicalistas, com agricultores, com prefeitos, com vereadores, com lideranças e há uma queixa generalizada, inclusive em Piritiba houve denúncias de que estariam cobrando por fora 500 reais para fazer o projeto.

Eu gostaria — não vou colocar isso publicamente, mas nós estamos aqui numa reunião mais fechada, não vou colocar isso em plenário — que o Banco do Nordeste investigasse essa questão. No momento em que o produtor está numa dificuldade danada, que o produtor não tem dinheiro, que está pedindo dinheiro, e aí vem um funcionário o extorquir, isso é de uma maldade, além de crime, que não tem tamanho. Eu gostaria que vocês investigassem essa questão e me esclarecessem o porquê dessa demora, 6 meses, 8 meses, para liberar crédito. Essa demora mata, mata a produção e mata o produtor.

Outra questão que a assessoria está sugerindo aqui — e é importante que nós saibamos — é a dimensão do endividamento no período não coberto de 2007 a 2012. Esse período está fora. Nós queremos ver como estamos trabalhando com o rebate e o que estamos deixando aberto porque, quando estamos tomando algumas medidas aqui, sempre estamos achando que as questões estão sendo resolvidas, mas toda vez que vamos às bases a queixa é a mesma. Nós precisamos ter uma dimensão inclusive do período que fica de fora, para que nós possamos trabalhar junto com o Governo essa situação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Deputado, nas resoluções que saíram, inclusive já por conta desse levantamento e dos prazos que estão demorando, houve uma investigação. Na realidade, realmente as operações de valores mais altas demoram. Aquelas operações do PRONAF, que vão até 12 mil, têm sido ágeis e rápidas, até inclusive pela própria quantidade.

O que nós verificamos foi o seguinte: houve um entendimento, quando saiu a resolução, de que reembolso até 10 anos seria de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário. Isso aí criou um problema — e isso está na resolução — porque o órgão de controle vai nos exigir o seguinte: *“Tudo bem, você deu crédito de 100 mil, mas me prove aqui que esse agricultor tem capacidade de pagamento”*. Nós sabemos que muitas vezes, naquele momento, ele não vai ter capacidade de pagamento algum porque vem de uma estiagem e isso dificulta bastante.



O que nós estamos discutindo com a nossa área técnica, a partir já de informações como as que o senhor nos passou agora, é uma outra forma de operar, porque isso estava exigindo que se tivesse um projeto. Ora, se tenho capacidade de pagamento, se tenho gado, eu vou receber agora 100 mil e, com isso, vou gerar esse montante.

Mas isso acabava gerando uma dificuldade muito grande para fazer o projeto porque eu tinha que aferir a capacidade de pagamento, mesmo sabendo que, naquele momento, não havia recursos porque o gado não tinha nem comida, nem pasto e tal.

Às vezes são coisas que, na hora da resolução, na hora que sai, são colocadas lá na frente para o órgão de controle, aos quais estamos subordinados, CGU, TCU, que nos cobram muito.

Então, o que estamos vendo agora é uma forma de agilizar esse processo, de fazer um cálculo da capacidade de pagamento mais simplificado. Uma das demoras era essa do tal projeto que se tem questionado muito. Isso vai ser agilizado.

Também estamos criando no banco, a partir da administração do Presidente Joel, uma mudança na forma de conceder o crédito. O processo para conceder um crédito de 10 mil ou de 12 mil era o mesmo processo para o banco conceder um crédito de 100 milhões.

O que nós estamos fazendo agora é criar um conceito de esteiras diferentes. Uma empresa *corporate*, um grande cliente, vai ser atendida por uma equipe especializada. Essa equipe especializada é uma equipe central, só para isso. Teremos, em cada Estado, dez centrais para o PRONAF. Teremos dez centrais para agricultura e varejo. Então, nós segmentamos isso de modo a dar agilidade a esse processo. Esperamos já estar com esse processo em implantação e já rodando no próximo mês. Esperamos dar a ele uma agilidade maior.

Portanto, estamos criando dentro do banco um conceito, o conceito de esteiras. Nós temos uma esteira para *corporate*, para grandes projetos; estamos criando uma esteira para o médio e o grande, para aquele cliente que é médio ou grande, outra para varejo e uma esteira específica para o PRONAF.

Então, quando a gente segmenta, isso dá agilidade. Por quê? O PRONAF tem um volume muito grande. Se o tiro das outras esteiras, ele não concorre. Logo,



esperamos com essas duas medidas — da nova forma de concessão do crédito e da nova forma de cálculo dessa capacidade de pagamento — agilizar esse crédito que vai até 100 mil reais.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Queria saber quanto a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Amauri Teixeira.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Respondendo ao Deputado no tocante à cobrança de valores por funcionários, vamos investigar. A equipe do banco está anotando, mas não creio que seja o banco. Eu creio que talvez algum projetista esteja cobrando os 500 reais pelo projeto. Eu não creio, Deputado, que seja o banco.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A informação que nós tivemos é que funcionários do banco estariam cobrando por fora. Eu não posso dizer se é verdade ou não. Eu estou pedindo que o banco investigue.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Nós vamos já apurar na região de pesqueira isso aí, verificar isso aí, ver com a nossa auditoria e lhe dar um retorno — já estou pedindo para anotar — sobre o que foi apurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero saber o seguinte: qual é o percentual das dívidas que estão sendo cobradas judicialmente?

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu não tenho esse percentual, mas eu lhe digo o seguinte: toda dívida, pela norma que nós temos da CGU, em atraso por mais de 60 dias tem que ser cobrada judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quer PRONAF, quer...

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - PRONAF ou não PRONAF. Por quê? Porque a legislação não me manda suspendê-las.

O que a gente tem dito — essa foi a discussão com o Ministério da Fazenda — é que a própria 610 seria incluída essa suspensão. Então, é muito importante que a gente suspenda a cobrança judicial dessas dívidas que estão sendo abrangidas pela MP 610.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Algum Deputado deseja fazer intervenções? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Dr. Paulo César.



O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Boa tarde a todos. Agradeço a presença do Stélio Gama, Diretor de Desenvolvimento do Banco do Nordeste.

Só para uma questão de raciocínio, a gente pode ver que o aporte de recursos, quer dizer, os empréstimos são maiores nas áreas de investimento do que nas áreas de custeio. Quais são os maiores investimentos realizados? Por que os empréstimos são maiores nas áreas de investimento?

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - No quadro que temos aí o maior volume está no PRONAF. Se eu não me engano, nós temos algo como 1 bilhão e 800...

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - No quadro de finalidades.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Na realidade, o investimento é em poço, barragem subterrânea, equipamentos, tudo isso. E era permitido também, na atividade, uma parte comercial porque, antigamente, quando o programa foi lançado, ele não era só voltado para a área rural, ele permitia também atividades nas cidades atendidas. De repente, havia uma atividade de comércio que acabou vendendo menos por causa da seca, mas àquela pessoa era permitido também fazer algum investimento, alguma compra. Isso foi até o final do ano, mas, a partir de agora, não é mais permitido para atividade de comércio. Hoje o empréstimo só está permitido para agricultura familiar e atividades rurais.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - A partir de...

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - A partir de 2013.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu não sei se o Dr. Stélio poderia me dar uma resposta a esta pergunta ou se alguém aqui poderia também me ilustrar um pouco.

Hoje eu fui procurado por um Prefeito de uma região do Ceará. Ele, então, estava reclamando que o Município dele e os Municípios adjacentes não foram incluídos nem dentro do PRONAF nem dentro da região semiárida, embora a precipitação pluviométrica lá tenha sido mínima. E vem ocorrendo isso ao longo do tempo. Indago: a quem fica destinado o critério para o ingresso no semiárido?



O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Deputado, nós também sentimos essa dificuldade. Existem alguns Municípios em todo Nordeste que a gente pensa que tem características muito fortes de semiárido, mas dele não fazem parte. Na realidade, quem determina quais Municípios estão dentro do semiárido é o Ministério da Integração.

Nós, recentemente, no final do ano passado, encaminhamos um estudo ao ETENE, que é o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, porque vimos a necessidade de ampliar o número de Municípios do semiárido. Mas essa decisão, essa determinação cabe ao Ministério da Integração. O Ministério da Integração encaminha ao CONDEL, e o CONDEL aprova isso aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - E quem requer? Seria o próprio Município ou seria uma determinação do Ministério?

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - O Município, o Governador, qualquer órgão, ou a própria Câmara requer ao Ministério da Integração. Este faz os estudos, verifica a pertinência ou não e encaminha para o CONDEL para aprovação. Se o CONDEL incluir esse Município, este passa a ter todos os benefícios. Mesmo que o Município não esteja no semiárido, os benefícios do PRONAF ele passa a ter. O PRONAF atende toda a região. O que o Município não terá, por não estar dentro semiárido, um rebate maior, um benefício maior, mas o PRONAF ele terá de forma diferenciada.

O mapa do semiárido exclui de cara todo o litoral. No Ceará, por exemplo, nós temos o caso de Caucaia, que o senhor conhece bem, vizinho a Fortaleza, que está no semiárido, mas tenho outros Municípios que não estão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Por exemplo, o Município de Massapê, o Município de Senador Sá, que não têm nada de praia, estão todos eles excluídos e estão todos gritando. Eles vêm perguntar ao Deputado o que fazer.

A precipitação pluviométrica dessa nossa região não chega a 40% da precipitação histórica, o que significa que nós teremos, dentro de um espaço de tempo muito curto, quando nós entrarmos — e o nosso Presidente conhece muito bem — na etapa dos “bro”, quando o sol ficar mais intenso e a evaporação se efetuar com maior intensidade, vamos ter problema de água para manutenção do ser humano. Não é manutenção de rebanho nem de nada, refiro-me ao ser humano.



Na minha terra, Sobral, nós já estamos com 39 carros-pipas abrangendo todos os distritos — a cidade não, mas os distritos. Mas o reservatório que está nos fornecendo esses carros-pipas não é grande o suficiente, porque temos que mandar água tratada. Ocorre que só temos uma ETA e estamos agora trabalhando para ver se conseguimos uma segunda estação de tratamento, porque mandar água bruta é um crime. Mandar água bruta é o mesmo que mandar doença para o povo. Então, esse reservatório pode, por enquanto, suportar bem, mas nós não temos ainda a integração de bacias.

Infelizmente, o Nordeste só resolverá o seu problema com a transposição de águas do São Francisco. Como eu disse uma vez aqui, fui até lá com todo o Exército, e eles disseram que com 1 bilhão resolveriam o problema. Só 1 bilhão. Quando a gente pensa no trem-bala, vê que 1 bilhão é uma gota d'água, e isso é para resolver o problema de uma população de 40 milhões de habitantes. Então, aí que nós estamos tendo essa necessidade.

Eu perguntaria ao Stélio se o Banco do Nordeste está se debruçando sobre este problema, que acho que ainda se agravará bastante, que é o da geração de água. Como é que estamos vendo esse problema?

Eu já trabalhei muito em perfuração de poços e sei que — você deve conhecer bem o assunto — o poço que nós perfuramos muitas vezes dá água salinizada e, infelizmente, os dessalinizadores são muito caros, o que os torna inviáveis às Prefeituras. Hoje as pequenas Prefeituras não têm condições.

Então, gostaria de saber se o Banco do Nordeste está tentando fazer algum estudo para viabilizar, talvez, adutoras ou sei lá o quê. Está preocupante a situação. Todas as vezes em que se vai até a região — e eu vou todo fim de semana — ouve-se uma grita generalizada em relação ao problema de água.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Nós estamos discutindo não necessariamente a questão da água, mas esse é um dos estudos a serem feitos este ano. Estamos com um estudo em andamento sobre desertificação, que é outra questão que também ocorre por conta da água, um estudo com o IICA, além de um estudo que já trouxeram para Brasília sobre a questão da ruralidade.



Voltando rapidamente à questão do Semiárido, quero dizer que existem muitos Municípios que estão fora do Semiárido, porque a sede está fora da região, mas o restante está dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer ao Dr. Stélio Gama Lyra Júnior, Diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste, a belíssima exposição, pois esclareceu muitos fatos em relação à região.

Dando prosseguimento às reuniões preparatórias para a Comissão Geral sobre a Convivência do Homem com a Seca, ouviremos agora o Dr. Gabriel Ferreira Bartholo, Gerente-Geral da EMBRAPA Café, que fará uma exposição sobre resultados de estudos para a adaptação genética de plantas ao Semiárido.

Se o Dr. Stélio tiver compromisso de viagem, S.Exa. está dispensado.

O SR. STÉLIO GAMA LYRA JÚNIOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer mais uma vez e pedir para me retirar, porque tenho voo marcado. Saí hoje às 4 horas da manhã de casa e só estou retornando agora.

Coloco-me à disposição para, sempre que o Centro precisar, estar aqui para conversar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Dr. Bartholo.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, sinto-me honrado em participar desta reunião preparatória. O que me foi pedido é que trouxesse alguns subsídios em relação aos trabalhos que vêm sendo realizados com a introgressão de genes com tolerância à seca em diversas outras espécies, para que possamos trabalhar nesse sentido e, num futuro próximo ou a médio prazo, tenhamos resultados mais concretos que possam vir trazer benefícios para toda a sociedade nordestina como para toda sociedade brasileira, de um modo geral. Embora a gravidade da seca seja relevante para a Região Nordeste, outras regiões do País padecem do mesmo problema.

Para começar, tudo tem uma história, Sr. Presidente. Sou pesquisador da área de café também, da área de melhoramento genético, e em 2004 sentimos a necessidade de decodificar o genoma do café, por ser ele uma das principais



culturas do Brasil, com uma movimentação financeira extremamente vultosa no mundo. Depois do petróleo, é o produto que movimenta maior volume de recursos.

Mas começamos a esbarrar em determinados problemas no melhoramento genético do cafeeiro. Para isso, então, foi tratada a elaboração de um projeto para decodificar o genoma do café. Esse foi um esforço muito grande feito por vários cientistas integrantes de nossa equipe, e conseguimos. O primeiro passo foi o sequenciamento. Com esse sequenciamento, conseguimos 250 mil sequências de DNA do café — refiro-me ao genoma funcional, não ao da planta inteira, porque nos interessa basicamente onde está o problema.

Posteriormente a isso, passou-se à fase de identificação dos genes e de sua expressão. Todos esses genes foram identificados, catalogados e depositados no banco de genes. Hoje temos lá genes para diversas coisas: tolerância à seca; resistência à doença; resistência à praga; florescimento; maturação; qualidade de bebida; etc. Então, tudo isso já está codificado.

Esse banco ficou restrito ao uso dos pesquisadores que trabalharam no genoma do café durante o período de 10 anos, que é o prazo permitido. A partir daí, foi colocado aberto ao público científico, para que todos os pesquisadores de todas as instituições, não só do Brasil, mas também do mundo pudessem trabalhar com esse genoma.

E aí começamos vários trabalhos. O café é a cultura que está mais adiantada, mas nós percebemos também que havia possibilidade da introgressão desses genes em outras espécies, na busca de melhorar suas características e qualidades.

E a EMBRAPA CENARGEN, juntamente com outras unidades da empresa — EMBRAPA Trigo, EMBRAPA Soja, EMBRAPA Algodão e EMBRAPA Agroenergia — em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, começou o trabalho com, vamos dizer, a transformação de determinadas plantas de determinadas culturas para que pudéssemos receber essa característica, essa qualidade de tolerância à seca. Para isso foi usado um gene do café, que foi identificado como CAHB12.

Esse gene foi transferido inicialmente para uma planta de testes, que é a *Arabidopsis thaliana*, a qual foi colocada em uma fase preliminar de teste. O que resultou disso? As plantas que não receberam o gene sobreviveram por cerca de 10



dias, em vaso, sob condições de estresse hídrico, de seca. Já as plantas que o receberam, por mais de 40 dias, sobreviveram perfeitamente. Posteriormente a isso, então, já foi caracterizado que há possibilidade de transferência desse gene do café para outras espécies.

Hoje estamos em uma segunda fase desse trabalho, a que visa justamente a fazer a transferência do gene para culturas como as de soja, arroz, trigo, cana e algodão. É um trabalho que ainda se encontra em fase preliminar. O material que já recebeu o gene encontra-se confinado em casas de vegetação, porque temos que seguir as normas da CTNBio, pois não temos ainda autorização para retirar o material do confinamento e levá-lo a condições de campo. Então, o trabalho é todo feito em casas de vegetação, sob confinamento, e vem mostrando resultados altamente promissores.

Não temos ainda um horizonte de quanto tempo precisaremos para ter uma planta tolerante à seca, porque isso depende de vários fatores. Podem acontecer alguns acidentes de percurso durante o decorrer do trabalho. Mas estima-se, como é cultura anual, que em cerca de 8 anos possamos ter algumas dessas cultivares já com esse gene de tolerância à seca.

O trabalho demanda tempo, muita parcimônia e paciência dos pesquisadores. São vários testes que devem ser realizados, inclusive bioensaios, para verificar se a transferência desse gene de uma espécie à outra não causa prejuízos à saúde humano. Enfim, são exigências da CTNBio. E esses testes são caros e demorados.

Embora eu não seja dessa área de transformação de plantas, temos conhecimento, e o pessoal tem trabalhado com afinco.

Esse material todo se encontra na EMBRAPA CENARGEN e está confinado nas casas de vegetação por um determinado período, até que tenhamos a licença da CTNBio para que possamos retirá-lo e colocá-lo em testes de campo.

Espera-se que não se alterem as características originais da planta, como produtividade, resistência à praga, resistência a doenças e outras características agrônômicas de alto interesse, mas também que se alie mais essa característica de tolerância à seca, que permitirá racionalizar o uso da água, principalmente; aumentar a sobrevida das plantas em condições de estresse e contribuir para que



possamos elevar a produtividade. A qualidade do produto também precisa ser observada.

No que resultou esse trabalho, em termos de conhecimento? Hoje já temos esse material, esse gene identificado e registrado junto ao INPI, a fim de obtenção de patente. E estamos trabalhando também junto a uma organização internacional, que é a APCT, sob a égide de um tratado de cooperação em matéria de patente, que é gerenciado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Vejam bem que ainda há um longo percurso a ser percorrido para que possamos, então, ter efetivamente o domínio da patente deste material. Temos que registrá-lo e patenteá-lo, pois ele ficará sob o domínio da instituição detentora, que obteve o material. A partir de determinado espaço de tempo, ele será colocado em domínio público, como acontece com todas as patentes normalmente.

Então, Sr. Presidente, é dessa forma que nosso pessoal está trabalhando, e a EMBRAPA vem se empenhando seriamente nisso. Mas temos algumas dificuldades, e recurso financeiro é uma delas. Se houver limitação de recursos, o projeto pode ser paralisado ou podemos até mesmo chegar a perder os dados e resultados que obtivemos. Então, é fundamental que haja uma atenção especial para a alocação de recursos.

Quanto ao prazo, não podemos prever qualquer prazo; apenas temos uma estimativa de 6, 7 ou 8 anos para que possamos obter e estar com o material consagrado, para que ele possa ser explorado. Dessa forma é que a EMBRAPA vem trabalhando e se posicionando em relação a isso.

A seca é preocupante. Posso citar como exemplo de nossa preocupação o trabalho que fazemos em integração com o Consórcio Pesquisa Café do Brasil, através da EBDA. A EBDA está, infelizmente, um tanto quanto crítica em meu Estado, mas temos procurado dar todo apoio.

Estivemos lá, recentemente, andando pela região da Chapada, em Vitória da Conquista, Planalto, Piatã, Ibicoara, aquelas regiões que produzem café de finíssima qualidade, mas pudemos constatar que a seca afetou significativamente a produção daquela região. Pelas conversas que tivemos, a estimativa é de quebra de 40% da safra de café na Bahia este ano em função da seca. E para o ano de 2013 há também a previsão de seca tão vultosa quanto a que ocorreu este ano.



E para o café, Deputado Amauri Teixeira, temos já cultivares naturais com tolerância à seca. Então, nesse trabalho com a cultura do café, fizemos a introdução de vários materiais da Etiópia e de Camarões, que já foram testados pelo instituto francês CIRAD como tolerantes à seca. Nós os introduzimos. Esse material hoje se encontra na EMBRAPA Cerrado, e estamos fazendo os cruzamentos para que consigamos transferir essa característica de tolerância à seca para essas cultivares que temos, como Catuaí, Mundo Novo e outros altamente produtivos.

Então, Sr. Presidente, não sei se houve tempo suficiente para que eu pudesse prestar maiores esclarecimentos, mas estou à disposição para que possamos dialogar e esclarecer qualquer outra dúvida. Mas essa é a função da EMBRAPA e também a nossa, qual seja, a de trabalhar nesse sentido.

A preocupação grande que temos é com a possibilidade de interrompermos esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

Caso faltem recursos, é lógico que haverá atrasos. Caso haja recursos em quantidade, a empresa poderá reduzir esse prazo de produção de plantas resistentes à seca para menos tempo do que o previsto? Para 6, 7 ou 8 anos?

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Sr. Presidente, depende do tipo de teste a que se submeter o material e também da licença da CTNBio, que é um tanto quanto demorada, porque as exigências são muitas rigorosas. Possivelmente, sim. Não vou dizer quanto tempo, pois não tenho essa certeza, mas pode se reduzir para algo em torno de 5 anos, possivelmente.

Sr. Presidente, há que se avançar gerações da planta, pois se faz a introgressão do gene em uma planta na geração F1, mas depois se deve avançar para a segunda, terceira, quarta gerações, para ver se há persistência dessa característica ao longo do tempo, porque de nada adianta fazermos isso em uma primeira geração e, já nessa fase, perder-se essa tolerância à seca. Ou seja, resultou em nada o trabalho. Portanto, devemos fazer testes para que possamos ter a longevidade desse material que está sendo trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de saber por que não estão fazendo estudos com relação ao milho, ao feijão e ao arroz, que são produtos essenciais à mesa do brasileiro, mas sobretudo do nordestino.



O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Estão sendo feitos. O primeiro trabalho foi feito com aquela planta de testes. No segundo já estão introduzindo esse gene nas diversas culturas: soja, cana-de-açúcar, trigo, arroz, feijão e algodão. São as culturas mais importantes que temos, principalmente as que atendem à cesta básica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Então, já estão fazendo. Obrigado.

O senhor acha que essas plantas, pela sua experiência, vão ter a mesma produtividade depois de serem adaptadas a um regime de chuvas para um regime de seca, desde que haja essa mudança genética? Elas vão ter a mesma produtividade que teriam em um regime maior de chuva?

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Sr. Presidente, os trabalhos que realizamos em termos de melhoramento de plantas sempre têm em vista a produtividade. Ela tem que ser tão produtiva quanto a original ou mais do que a original, pois se está introduzindo uma característica que pode, vamos dizer, permitir que a planta se ajuste melhor às condições ambientais — neste caso, por exemplo, seria a seca. Então, estamos permitindo que a planta se ajuste melhor. E a única parte do genoma em que estamos interferindo é justamente esta: a introdução de um gene que praticamente fará a substituição de outro gene que ela possui, mas que está em estado inativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado.

Passo ao palavra ao Deputado Dr. Paulo César e, depois, aos Deputados Waldir Maranhão e Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Quero também agradecer, em primeiro lugar, ao Gabriel Ferreira a presença e a exposição.

A minha pergunta é a seguinte: o que a Câmara dos Deputados e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos, na figura do nosso Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, podem fazer nessa questão da propriedade intelectual, da patente e dos investimentos para que as pesquisas continuem avançando e para que não percamos essa propriedade intelectual para o exterior? O que o Centro de Estudos e a Câmara dos Deputados podem fazer em favor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está desenvolvendo essa pesquisa? Qual é a ajuda que podemos dar?



E faço essa pergunta porque essa questão da patente, da propriedade intelectual, como sabemos, é um problema que aflige o Brasil, principalmente a indústria farmacêutica. E sabemos que grupos americanos têm mais facilidade de fazer pesquisas na Amazônia do que grupos brasileiros, e diversas plantas medicinais têm ido para o exterior, onde são objeto de pesquisa. Depois as patentes ficam por lá.

Quero saber no que podemos, a Câmara dos Deputados e o Centro de Estudos, ajudar nessa questão.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Pois não, Deputado Paulo César. Logo que se teve a certeza da possibilidade da transposição e da transformação de plantas através da introdução de genes na planta teste, percebemos a característica de que o gene é funcional. A partir daí, então, todo o processo de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual já foi realizado.

Agora estamos aguardando a posição do instituto — o que demora um tempo, não se sabe quanto —, e também do PCT, da propriedade intelectual em nível mundial. Então, nós estamos aguardando o posicionamento desses dois órgãos para ver que medidas seriam necessárias para serem tomadas. Dependendo da posição que nos for colocada, Sr. Presidente, poderíamos voltar a entrar em contato com a Comissão para ver que medidas poderíamos tomar na esfera política.

É fato isso que V.Exa. acabou de comentar sobre a biopirataria. Esse é um problema sério que temos no Brasil. Várias espécies nativas foram coletadas clandestinamente e levadas para o exterior. E isso tem trazido um desgaste muito grande para quem trabalha na parte agrônômica, de vegetal, de pesquisa, etc.

Com relação a recursos financeiros, eu acredito que não tenho competência para dizer, porque não sou o coordenador do projeto. Mas posso conversar com o coordenador, Eduardo Romano, e trazer para os senhores a necessidade do empenho da Câmara no sentido de alocação de maior volume de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Waldir Maranhão, ex-Reitor da Universidade Federal do Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela rotina que está sendo estabelecida neste centro, quando temos a



oportunidade de estabelecer trocas de experiências e, mais do que isso, nos atualizar com o que está acontecendo do ponto de vista da investigação científica neste País.

A EMBRAPA dá demonstração disso. Na semana passada, o seu Presidente aqui esteve para falar sobre o Agropensa. E é pensando na lógica do Agropensa que eu tentei rapidamente me situar, como reitor que fui da nossa universidade, não contra a questão do conteúdo e do mérito — até porque esse papel compete aos pesquisadores, e nossos pesquisadores, pela sua tradição, demonstram o quanto temos *know-how* e podemos servir a esse ramo da biotecnologia —, mas, de forma pragmática, a favor do apoio ao financiamento de estudos e projetos.

Acho que nós poderíamos ampliar, na transversalidade do tema, trazendo a FINEP para cá — são órgãos que podem fazer o contraponto —, e também os próprios fundos setoriais, para vermos onde buscar recursos para podermos dar sustentação a projetos dessa magnitude, que passam pelo café e também pelo milho, pelo trigo, pelo arroz, e assim por diante. Vamos ampliar para podermos, numa Comissão Geral, dar subsídios e sensibilizar a nossa Comissão Mista de Orçamento. Enfim, estabelecer tratativas para que tenhamos o suporte necessário.

Não vou ao fundamento científico, porque não é nosso papel, mas, como agente público e político neste momento, estamos na dimensão plural. E certamente a rigor a EMBRAPA está por merecer exatamente esse reconhecimento.

Aí entra o papel da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é outro espaço para dialogar com a sua bancada, Sr. Presidente. E quando vamos definir as emendas de bancadas para as universidades, aqui fica uma guerra de interesses naturais de todo e qualquer Parlamentar e de todo e qualquer conjunto de forças políticas.

Então, nós temos uma EMBRAPA e uma universidade que são âncoras para o Brasil de um projeto estratégico.

Essa é a minha contribuição.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Pois não, Deputado Waldir Maranhão. É uma satisfação saber que o senhor passou pela reitoria da universidade também. Porque a academia é muito importante dentro do processo que nós estabelecemos hoje em torno de pesquisas e das parcerias.



Na verdade, nas universidades é que são feitas principalmente as pesquisas básicas. Já as pesquisas tecnológicas e aplicadas passam pelos institutos de pesquisas, pelas instituições estaduais, pela EMBRAPA e outras tantas.

Mas eu concordo plenamente com o posicionamento do senhor. Eu acho que há necessidade de um reforço e de um apoio significativo, principalmente junto a essas fontes financiadoras que nós temos. Além da FINEP, temos CNPq, as fundações de amparo nos Estados, como a FAPEMIG, em Minas Gerais, a FAPESP, em São Paulo, a FAPES, no Espírito Santo, a FAPESB, na Bahia.

Então, há necessidade de uma movimentação no sentido de que essas fundações e instituições de fomento passem também a alocar um volume de recursos significativo, porque nós temos dificuldades em certas áreas. Essa é uma das áreas preocupantes hoje porque a biotecnologia no Brasil tem avançado significativamente, e nós não podemos recuar, nós temos que avançar cada vez mais. E, para que possamos ter um avanço significativo, há necessidade de que haja um conagraçamento de todas as instituições no sentido da captação de recursos. E a captação de recursos depende muito do apoio da Câmara, do Senado, para que possamos ter êxito na alocação desses recursos.

Perfeitamente, Deputado, acho que foi muito oportuna a observação que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Primeiro, quero reconhecer a importância da EMBRAPA no avanço de diversas áreas da agricultura no Brasil. Tivemos uma sessão especial esta semana homenageando os 40 anos da EMBRAPA. E todos nós reconhecemos sua importância. Quero parabenizá-lo também pela condução desse estudo.

Eu só gostaria de perguntar se há também uma espécie nativa nossa, no Brasil, identificada como mais resistente. Porque, na região sudoeste da Bahia, que tem um índice pluviométrico baixíssimo, já se cultiva o café há algum tempo. Na chapada, é mais nova essa cultura, mas está dando café de altíssima qualidade, como é o de Piatã.



Eu gostaria de saber se vocês têm identificado também no Brasil alguma espécie mais resistente, e que valha a pena investir, investigar e reproduzir.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Deputado, o Cerrado é prova disso. Existe, no Cerrado, uma multiplicidade de espécies nativas que têm intolerância à seca. Só que não foram estudadas com essa profundidade que nós temos. Agora é que está se pensando no sequenciamento genômico de diversas espécies nativas para que possamos utilizar todo esse potencial genético que temos instalado aqui no Brasil, principalmente na região do Cerrado.

A Caatinga também tem alguma coisa interessante, que pode ser estudada e analisada para que possamos ter uma diversidade maior em termos de plantas nativas e espécies que possam ser utilizadas na transformação de outras espécies, visando melhorar suas características agrônômicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. por esta pauta, saudar o Dr. Gabriel e justificar minha chegada intempestiva. Quando o nosso coordenador, Deputado Pedro Eugênio, me ligou, eu estava na reunião da CMO e me desloquei imediatamente. Peço desculpas pelo atraso, mas me inteirei com o colega Alexandre rapidamente.

Gostaria de parabenizar a iniciativa e destacar que, como disse o Deputado Amauri Teixeira, e como certamente é do conhecimento do senhor e dos pesquisadores da EMBRAPA, nós temos uma experiência que remonta aos anos 70 na região semiárida da Bahia, na Chapada Diamantina.

Ali está sendo a partir do Catuaí, 142. Eu tenho três hectares de sequeiro, e morreu tudo agora na seca. A primeira leva foi 142 e depois 144.

Há também o problema da profundidade do solo, normalmente, em solos muito rasos. O café tem a demanda de maior profundidade de solo. Em Pernambuco, há também uma experiência de café sombreado. Hoje já não é mais cultura do café, parece que lá há uma experiência sendo divulgada. Não conheço o trabalho científico, mas alegam sucesso na produtividade.

Eu gostaria apenas de destacar a importância, além da pesquisa sobre as características genéticas para que a semente perca mais tempo e sobreviva por



um período mais prolongado de estiagem, de que possamos considerar também esse aspecto a que me referi, da profundidade do solo. Essa é uma das características que incide na baixa *performance* ou no insucesso do plantio na Chapada Diamantina. Quando há um solo um pouco mais profundo, geralmente é um café de boa qualidade, claro que suscetível ao pós-colheita, que é uma característica do café. Outro aspecto importante de destacar é que os estudos e a propensão dos esforços de convivência com o semiárido têm sempre apontado para o consorciamento. E nós sabemos o quanto o café é sensível.

Agora o Governo da Bahia, através da EBDA, fusão das antigas EMATER e EPABA, tem um programa extenso para agricultores familiares com problemas no plantio de palma forrageira resistentes à cochonilha. Há estudos para as regiões com um pouco mais de umidade ou com construção de barragens subterrâneas de cana. Também há estudos para a política de floresta plantada no semiárido com nativas e exóticas, em particular a algaroba.

Então, para o agricultor no semiárido o consorciamento é importante. Sei que a pesquisa genética não se atém a esse aspecto, mas essas são variáveis externas, que poderiam ser consideradas: a profundidade do solo, a concentração anual pluviométrica com grandes períodos — porque a seca é anual, é cíclica, em todo o segundo semestre, até o período de trovoadas —, e talvez a possibilidade de termos variedades que permitam um pouco de sombreamento em função de um consorciamento.

Muito obrigado.

Parabéns! Sucesso na investida!

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Muito obrigado, Deputado. É uma preocupação grande que nós temos também. Nós trabalhamos na cultura do café especificamente em todas as áreas do conhecimento. A preocupação nossa com os solos é muito grande. E nós temos identificado que justamente nesse ponto há uma camada que impede que as raízes do sistema radicular do cafeeiro se aprofundem mais. Algumas tecnologias permitem que se consiga melhorar essas características, como fazendo subsolagem, quebrando as camadas impeditivas, utilizando produtos químicos como o gesso, por exemplo. Porque o gesso percola no perfil do solo.



Com relação ao consórcio, nós consorciamos o café num sistema com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, a EPAMIG, na região da Zona da Mata, onde estamos trabalhando com o sistema agroflorestal. O café é consorciado com fruteiras, com culturas anuais, como o feijão, o arroz, o milho. E os resultados são muito bons. Inclusive, esse sistema agroflorestal que está sendo utilizado permite que se chegue a um nível de sombreamento em torno de 50% de luminosidade. Isso melhora o nicho ecológico que fica sob a copa dessas árvores, favorece o desenvolvimento do cafeeiro e não afeta a produtividade. O café continua com bom nível de produtividade.

Esse sistema também permite uma rentabilidade melhor para o produtor. Ele tem alternativas ali dentro, tanto para a cultura de subsistência como para alguma cultura que possa ter valor comercial agregado. Dentro desses arranjos que nós trabalhamos, visando principalmente à pequena produção, nós trabalhamos em contato permanente também com o MDA, para a cafeicultura familiar, a agricultura familiar e tal, para que possamos agregar valor. Nossa preocupação é de melhorar a rentabilidade do produtor. Nós nunca discutimos preço. Mas, se o produtor utilizar tecnologia adequada, terá maior produtividade e, como consequência, uma produção melhor. O seu custo de produção fica um tanto quanto diluído e sua rentabilidade aumenta. É nesse sentido que trabalhamos.

Sr. Presidente, apenas para dar um esclarecimento, nós estamos iniciando agora um trabalho junto à Secretaria da Agricultura da Bahia, com o Secretário Eduardo Sales, e vamos reativar aquela estação experimental do Barra do Choça.

A estação ficou um tanto quanto relegada. Estamos em um processo de reestruturação da unidade agora, porque ela é importante para nós, principalmente porque trabalhamos com o Arábica, e também na outra, de tabela, onde estamos colocando um centro tecnológico para o café Conilon, o Robusta, para atender a região sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Humberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Sr. Presidente, muito obrigado. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar os demais colegas Deputados, a Deputada, os técnicos que integram esse Centro de Estudos e Debates Estratégicos, o Dr.



Gabriel, agradecendo-lhe a oportunidade de recebê-lo aqui e tratar desse importante assunto.

Gostaria de iniciar, Sr. Presidente, parabenizando-o pela nova dinâmica do nosso Centro de Estudos e Debates Estratégicos, que, a partir deste ano, com essas modificações, estando totalmente remodelado, assume uma importância muito maior. Eu, que já vinha participando e posso ver que é motivadora essa mudança. Por isso, parabenizo-o pelas mudanças, Presidente, e, em seu nome, todos os colegas Deputados e técnicos que compõem o Centro de Estudos.

Aliás, gostaria que nós pudéssemos nos referir a este centro por alguma sigla. Poderia ser CEDE, por exemplo. Até que pronunciemos Centro de Estudos e Debates Estratégicos, já acabou o nosso 1 minuto nas breves comunicações. *(Risos.)* Portanto, não é prático. Acho que deveríamos passar a usar CEDE, para se ter uma sigla.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que, na reunião em que recebemos o Presidente da EMBRAPA, falando sobre o Agropensa, o colega Deputado Júlio Cesar solicitou que o material nos fosse repassado. Aliás, ele solicitou que fosse repassado a ele. Vou fazer uma brincadeira: deve ter sido enviado só para ele mesmo, porque até agora eu não recebi. *(Riso.)* Então, estou fazendo uma lembrança daquele material.

Eu gostaria de me dirigir ao Dr. Gabriel, parabenizando-o pela participação.

A pergunta é muito simples, Dr. Gabriel. Estamos aqui em uma reunião preparatória para uma Comissão Geral que pretende discutir os problemas da seca do nosso semiárido. Eu perguntaria ao senhor que outras iniciativas, pesquisas, estudos ou qualquer tipo de experiência estão sendo conduzidas em centros de pesquisas, em universidades ou por alguma empresa, que sejam do conhecimento do senhor e que possam interessar ao CEDE, para que também possamos aproveitar dessa experiência. Se o senhor tem, como pesquisador, conhecimento de outro tipo de experiência que também possa ser aproveitada aqui neste nosso trabalho?

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Pois não, Deputado. Seria com relação a instituições que trabalham?



O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Sim. Nós estamos falando em uma Comissão Geral sobre uma solução definitiva para a seca.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Naturalmente, nós não vamos nos referir apenas à agropecuária, porque a viabilidade da busca da qualidade de vida das pessoas que moram no semiárido não pode ser apenas no sentido da visão da agropecuária. Para o senhor, que é do ramo, talvez seja até mais fácil falar sobre esse setor. Mas creio que nos interessa qualquer coisa que possa... Assim como o senhor, a EMBRAPA e a Universidade Federal do Rio de Janeiro estão fazendo pesquisas de enorme importância para o nosso trabalho, inclusive com outras culturas que já estão sendo desenvolvidas. Quem sabe o senhor também tenha conhecimento de outras iniciativas nesse sentido que possam enriquecer esse nosso trabalho e auxiliar na consecução desses objetivos.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Sim. No momento, extrapolar um pouco a questão agropecuária, fica um pouco difícil para mim, mas posso me comprometer com o senhor a procurar identificar alguns outros questionamentos nesse sentido e encaminhar à Comissão, para que possa abrilhantar o tema.

Mas eu gostaria de dizer que, dentro da agropecuária, há várias instituições que estão preocupadas e trabalhando fortemente nesse sentido. Não digo que nós possamos resolver, de fato, de uma vez por todas, mas pelo menos amenizar ou atenuar esse problema da seca, que se vem agravando, cada vez mais, principalmente em decorrência dessas mudanças climáticas pelas quais nós estamos passando.

Como já citamos aqui, dentro do trabalho tem sido feita parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela tem trabalhado fortemente também nesse propósito de obtenção de plantas resistentes — resistentes, não, tolerantes, porque ninguém é resistente à seca.

Várias unidades da EMBRAPA, como EMBRAPA Trigo, no Rio Grande do Sul; EMBRAPA Soja, em Londrina, no Paraná; EMBRAPA Arroz e Feijão, em Goiânia; EMBRAPA Algodão, na Paraíba; EMBRAPA Mandioca e Fruticultura, na Bahia, têm dado empenho muito grande no desenvolvimento de material genético,



principalmente, e em outras tecnologias que também possam vir a amenizar a situação.

A EMBRAPA Cerrado atua muito fortemente com o procedimento de irrigação, onde são estabelecidos diversos sistemas de irrigação que possam também vir a atender a custo relativamente baixo, assim como outras unidades de pesquisas estaduais, como o Instituto Agrônomo de Campinas, a Universidade de Uberaba, a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Lavras. Todas essas instituições têm *know-how* para que possam vir trazer algumas sugestões no sentido de aprimorar ou ajudar na elaboração do trabalho aqui da Comissão.

Mas eu me comprometo, Deputado, a procurar isso e encaminhar para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Inicialmente, nós queremos parabenizar todos que compõem o Centro de Altos Estudos, a partir do nosso grande e eterno Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira. O nordestino sabe perfeitamente a necessidade que nós temos de fortalecer, cada vez mais, todas essas pesquisas, todos esses estudos e também o orçamento da EMBRAPA.

No ano passado, na Comissão de Agricultura, nós conseguimos assegurar emenda de bancada para a EMBRAPA. Até porque sabíamos que os recursos lá viabilizados tornam-se positivos para que possamos ter a garantia de estudos como esse, de desenvolvimento de nossa agricultura, que vai desde o pequeno até o agronegócio. Hoje, o PIB nacional está positivo em virtude de toda essa cadeia produtiva, e, com certeza, durante todo esse período, devemos muito à EMBRAPA.

Alguns Parlamentares não tiveram oportunidade de ver toda demonstração da pesquisa, mas, com certeza, será viabilizado posteriormente para estudo. Também queremos dar um testemunho no tocante à EMBRAPA do Estado do Ceará, não somente na parte de caprinocultura, que vem possibilitando, acima de tudo, sobrevivência daquele pequeno e médio produtor, como também produção de queijo, leite, a partir da tecnologia feita pela EMBRAPA.



Mas o segundo item aqui é a questão do refinanciamento. Esse é de suma importância. Tanto é que há pouco tempo as rádios e jornais do Ceará fizeram mobilizações e pressões em cima do gerente e dos servidores do banco, gerando, assim, certas instabilidades.

Mas temos que, também como porta-vozes eleitos pelo povo, dizer para aqueles sindicatos, para as populações, que o gerente e aqueles servidores do banco estão cumprindo orientações e resoluções que, muitas vezes, não dependem só deles. Às vezes, não dependem só deles. Nós precisamos, sim, a partir da Comissão Geral, estabelecer um impacto, a fim de que possamos garantir essa sobrevivência do pequeno agricultor.

Eu rodei uns 500 quilômetros agora no interior do Ceará e verifiquei que a situação é gravíssima. O pequeno agricultor e o médio produtor dizem: *“Deputado, muito bem, eu vou renegociar até 2013, 2014, 2015 e, depois, como eu vou repor? Vou pegar um empréstimo e vou ficar devendo de novo?”* Um até brincou: *“O único bem que eu tenho aqui é minha terra e o outro bem que eu tenho é minha mulher. Daqui a pouco vão levar minha mulher também como bem”*.

Quer dizer, precisamos ver, efetivamente, todas essas linhas, não só do FNE, por quê? Citaram vários exemplos: *“Adquiri tantas matrizes do FNE. O banco tinha oportunidade de pegar recurso via Banco do Brasil. Eu consegui renegociar, via FNE, e não consigo renegociar via Banco do Brasil, porque é outra linha da fonte do recurso. O do FNE é do Fundo Constitucional, e do Banco do Brasil não é. Então, posso até renegociar via Banco do Nordeste, mas sou executado pelo Banco do Brasil”*.

E outro cidadão que estava adimplente disse: *“Olha, eu vou me tornar inadimplente, porque, se eu trabalho e pago bem direitinho, não tenho bônus nenhum, e quem infelizmente ficou inadimplente tem 80% de bônus”*.

Então, nesse debate, é necessário aprofundar a questão não só mais especificamente do FNE, junto com a área econômica, com os economistas e quem domina mais essa área de empréstimo. É preciso um critério, uma linha normal. Porque houve todo um incentivo também do próprio Governo de garantir o acesso. E também a proposta do Flávio Saboia, que é o Presidente da Federação: não existe o carro-pipa humano, vamos criar o carro-pipa boi.



Por exemplo, há poucos dias, houve até certa dificuldade numa medida provisória, numa proposta do Ministro Afonso de incluímos na medida provisória. Não tem o Seguro Safra do arroz, feijão, do milho? Houve uma dificuldade da área econômica do Governo de ver o seguinte: se eu coloco aqui a leucena, se eu coloco aqui a algaroba, que são alimentos para o gado, eles não deixam de ser alimentos para o ser humano. Foi uma dificuldade contemplar e aprovar a emenda que o Ministro apresentou.

Então, há certas dificuldades que, às vezes, no próprio diálogo com o Governo dificultam e engancham. É preciso, neste momento — que não chamo nem de estiagem, mas de seca mesmo —, fazermos uma legislação, quer chova, quer faça sol.

Eu acho que o Centro de Altos Estudos tem toda essa potencialidade. E, agora, temos possibilidade de criar toda essa liberdade de apresentar propostas, modificar algo, ou, através de solicitação à Presidenta Dilma, editar medida provisória, ou apresentarem alguma emenda constitucional ou projeto de lei, e, com isso, fortalecermos todo o potencial que tem o Nordeste em sua cadeia produtiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alexandre Toledo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Boa tarde a todas e a todos.

Parabenizo a EMBRAPA pelos seus 40 anos.

Eu estava comentando aqui com o colega, Deputado Dr. Paulo César, a importância que a EMBRAPA tem: já esteve transformando nossos cerrados e contribuindo muito para o fortalecimento da agricultura deste País.

Ouvia-se falar aqui de emenda parlamentar para fortalecer ações da EMBRAPA. Acho que a EMBRAPA devia ser um órgão com autonomia financeira, pela importância que representa para o Brasil.

Hoje mesmo, estávamos na apresentação do Banco do Brasil. E ela mostrou que o PIB positivo deste País é em função do agronegócio. Seguramente, grande parte disso aí é de responsabilidade da EMBRAPA.

Então, tinha que haver uma proposta para essa empresa ter autonomia, liberdade financeira de sustentação, sem que fique na dependência de Parlamentar,



da vontade parlamentar de alocar ou não recursos para lá. Ela tem uma importância muito grande para o Brasil.

Isso ficaria como proposta aqui, no sentido de vermos o tamanho da EMBRAPA, considerarmos aquilo de que ela precisa, sendo respeitada a necessidade dela, para que não precise estar, vamos dizer assim, mendigando, com a cuia na mão, diante dos Deputados, e perguntando se a emenda parlamentar sai ou não sai. Pesquisa é algo continuado, não pode ser interrompida.

Dr. Gabriel, falou-se de 7 anos a 8 anos para consolidar essas cultivares com genes resistentes à seca, mas o café tem um ciclo mais longo do que outras culturas, como falou o nosso Presidente. É preciso dar maior atenção para o feijão e o milho, culturas de ciclos curtos e que têm grande importância para o nosso Nordeste. Esse tempo poderia ser reduzido?

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Deputado, deixa eu me posicionar. A previsão inicial estimada é dada à problemática que nós temos, em termos de realização dos testes. Para lançar ou manter comercialmente uma planta transformada, ela precisa passar por uma série de testes, de ensaios, de bioensaios, para verificar se não há problema para a saúde humana, se não há problema para o ambiente. E as normas da CTNBio são rigorosas nisso.

Estamos com esse material confinado para aproximadamente 2 anos dentro de casa de vegetação. Nós não temos autorização para retirar da casa de vegetação e levar para teste de campo. Os testes preliminares estão sendo feitos dentro da casa de vegetação, onde o ambiente é todo controlado, temperatura, umidade, e tal.

Uma vez que nós consigamos a licença da CTNBio, aí, sim, nós poderemos retirar da casa de vegetação e trabalhar em condições de campo. Daí pode-se aumentar inclusive a população de plantas, o número de plantas que está sendo trabalhado para poder ter certeza e fazer a verificação. E, paralelo a isso, realizar os ensaios que são exigidos pela CTNBio.

Na questão do feijão transgênico tolerante ao mosaico dourado, que é transmitido pela mosca branca, levou quantos anos? Levou 12 anos para conseguir a liberação da CTNBio. Com o feijão, pode-se fazer até três ciclos de cultura por ano. Agora, ele está numa fase de multiplicação. Não está no comércio, porque passa ainda por uma última fase. Lançamos um material genético e precisamos ter



garantia de ter sementes para que aquele material passe. Senão, pode-se queimar aquele material.

Estamos na segunda fase e, ainda, realizando testes com todas essas culturas de arroz, feijão — milho não —, trigo, soja e algodão fazendo análise para verificar se há compatibilidade do gene com o genoma dentro da planta para que possa ter características de tolerância sem afetar suas características agrônômicas de produtividade e qualidade.

Uma vez terminada a fase de testes, passa-se a outros tipos de teste que são exigidos pela CTNBio, como segurança do alimento, uma série de outras características que têm que ser avaliadas. Pode e não pode, eis a questão. Mas o prazo estimado que nós temos é em torno disso, de 6 anos, 7 anos, por aí.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostaria de pedir ao Dr. Luiz Henrique Cascellli, nosso Secretário-Executivo e Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que, nas emendas destinadas ao Orçamento da União, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos pudesse incluir uma emenda específica para a pesquisa de plantas resistentes à seca, uma verba específica para isso, para estimular a pesquisa para que a gente possa, o mais rapidamente possível, ter o resultado que a gente espera para a produção desses produtos essenciais e não essenciais à mesa do brasileiro, mas, sobretudo, de produtos que têm grande repercussão econômica no País, como o algodão, o café — o café já é essencial ao brasileiro — e tantos outros que estão sendo pesquisados.

Alguém mais deseja falar?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vamos cogitar a hipótese de que a emenda seja de Comissão porque, por exemplo, na Comissão de Agricultura sempre há maior êxito na liberação da emenda do que, às vezes, emenda de bancada estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - A lembrança do Ministro é importante, e eu teria uma sugestão a acrescentar. O Presidente Henrique estabeleceu a Comissão Especial para tratar do Orçamento impositivo. Com certeza,



nós não iremos aprovar, nem o Senado, todo o Orçamento impositivo. Vai deixar alguma margem, e eu concordo que seja necessário também.

Então, há uma tendência de um Orçamento impositivo para a Saúde, muito bem; Orçamento impositivo para a Educação, praticamente já existe. Cabe a nós colocar o Orçamento impositivo para a EMBRAPA dentro do que automaticamente foi discutido nesta Comissão Especial sobre Orçamento impositivo — nós colocarmos o que for alocado para a EMBRAPA como Orçamento impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero dizer a V.Exa. que este Orçamento impositivo será apenas para as emendas individuais. Não será para emendas de Comissões nem emendas de bancada. Só para as emendas individuais teremos Orçamento impositivo.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Desculpe-me o abuso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não há problema.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Aproveitando a presença do Dr. Gabriel e, com sua licença, não sendo técnico da área, mas o senhor aludiu a várias espécies que estão sendo pesquisadas para verificar se há genes compatíveis com o do café.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Isso.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - No Semiárido há um conjunto de leguminosas nativas e há exóticas muito adaptadas.

Recentemente, em conversa com o Prof. Kageyama, da ESALQ, que está estudando a algaroba e pesquisando dispersão e características genéticas, ele falou de uma descoberta curiosa: a algaroba é uma das plantas que mais absorve a umidade pela folha. Segundo ele, não há redução do número de vagens durante o período de estiagem prolongada.

Atualmente, não sei em outros Estados, mas acho que é a mesma coisa. Quando viajamos, se vemos que há alguma coisa verde e com muita semente sendo produzida, sabemos que é algaroba. Não sei até onde vai a pertinência científica, mas fiz uma sugestão. Há o munzê, a jerema, uma diversidade enorme de leguminosas nativas do Semiárido. Talvez elas tenham genes compatíveis com o do



café. Há também exóticas muito adaptadas, em particular a algaroba. Como o senhor não citou isso, tomei a liberdade de fazer essa observação.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Com toda a pertinência, Deputado.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que agradeço a atenção e a acolhida ao posicionamento que externamos aqui em relação à dificuldade financeira e de recursos, a necessidade de termos recursos no momento certo, na hora certa, para que não haja descontinuidade do trabalho. Muito investimento já foi feito e se perdemos isso teremos um prejuízo muito grande para a sociedade. Muito investimento já foi feito. Então, nós temos que ter a manutenção disso aí.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradeço ao Dr. Gabriel Bartholo a belíssima exposição, a repercussão que teve, sobretudo, pelos grandes benefícios que trará para as áreas secas do Nordeste.

Vamos dar por encerrada esta reunião preparatória para a grande Comissão Geral, a realizar-se no dia 8 de maio, para discutir projetos e medidas de convivência do homem com a seca.

Eu acho que essas plantas resistentes à seca certamente terão uma grande contribuição para que a gente possa cada vez mais, ao invés de obras paliativas, fazer obras definitivas para a convivência do homem com a seca.

A Austrália faz agricultura e pecuária com 100 milímetros. Em vez de plantar milho, planta sorgo, que dá com 100 milímetros; planta capim Buffel Grass, que dá com 100 milímetros; e palma forrageira. Em vez de criar gado de leite, cria cabras e ovelhas lanadas, que são resistentes e podem conviver com 100 milímetros.

Então, eu gostaria de dizer que nós vamos fazer, se Deus quiser, uma medida efetiva para que o Brasil possa incorporar o Nordeste ao contexto socioeconômico do País e, cada vez mais, dar aos nossos irmãos brasileiros que vivem naquela região melhores condições de vida, uma vida mais digna.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, desejo apenas fazer um convite, se V.Exa. me permitir, antes que todos saiam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Na sexta-feira, às 15 horas, no Plenário Ulysses Guimarães, nós vamos fazer uma audiência especial para discutir a Caatinga, especificamente a PEC 504, que torna a Caatinga e o Cerrado biomas nacionais. Convido, portanto, todos. Vamos ter forró, expositores. Será uma sessão nordestina.

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Sr. Presidente, primeiramente, eu agradeço a oportunidade de estar presente a esta Comissão e estendo o convite para que V.Exas. estejam hoje à noite nos eventos comemorativos dos 40 anos da EMBRAPA.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Vai ter forró agora à noite?

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Deve ter. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria oferecer ao Dr. Bartholo cópia de alguns trabalhos do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, precursor do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: *Alternativas de Políticas Públicas para a Banda Larga; Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal; Energias Renováveis: Riqueza Sustentável ao Alcance da Sociedade; e Os Desafios do Pré-Sal.*

O SR. GABRIEL FERREIRA BARTHOLO - Obrigado, Deputado. Foi um prazer conhecê-lo. Muito obrigado pela oportunidade. Nós estamos lá, às ordens, à disposição, para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.